

PT pede fim de inaugurações

BRASÍLIA - O presidente do PT, José Dirceu, anunciou ontem que vai entrar com uma ação no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para impedir que o presidente Fernando Henrique Cardoso faça campanha eleitoral a pretexto de inaugurar obras. "Nós queremos que a Justiça Eleitoral suspenda todas essas inaugurações e também a veiculação de publicidade porque está caracterizado que o presidente está fazendo campanha eleitoral", afirmou Dirceu.

O petista citou como exemplo o roteiro de fim de semana do presidente Fernando Henrique em Pernambuco, onde o presidente inaugurou a Barragem de Jucazinho e anunciou a retomada das obras da

Ferrovia Transnordestina. "A barragem que foi inaugurada não está funcionando e, no caso da ferrovia, foi apenas assinado um protocolo de intenções. O governo está fazendo publicidade enganosa", afirmou.

Dirceu informou que está reunindo dados para fundamentar a ação e elogiou a iniciativa do presidente do TSE, Ilmar Galvão, que pediu que a sociedade fiscalize o uso da máquina pelos governantes que disputam a reeleição. "O PT está atendendo a seu apelo e de bom grado vai fazer a representação", disse. Dirceu lembrou que há 15 dias entrou com outra representação para que o TSE suspenda toda a publicidade do go-

verno, alegando que as peças não visam informar a população dos serviços e obras do governo, mas fazer publicidade da candidatura à reeleição do presidente.

Seminário - Ao lado do governador de Brasília, Cristovam Buarque, Dirceu participou da abertura de seminário de prefeitos do PT para debater a crise fiscal dos municípios. Os petistas, através da Frente Nacional de Prefeitos, presidida pelo de Belo Horizonte, Célio de Castro (PSB), vão articular um movimento nacional de protestos contra a centralização dos recursos nas mãos do governo federal. "Os estados e municípios voltaram à condição de mendigos do governo federal", criticou o

prefeito de Belém (PA), Edmilson Rodrigues (PT).

Os petistas querem aproveitar a insatisfação dos prefeitos, inclusive dos partidos do governo, para denunciar a centralização de recursos patrocinada pelo governo Fernando Henrique. No encontro foi distribuído documento do deputado Paulo Bernardo (PT-PR) apontando que, em 1997, os municípios tiveram perda de receita de R\$ 4,3 bilhões. Foram R\$ 2,7 bilhões em virtude de renúncias fiscais do Imposto de Renda e do IPI patrocinadas pelo governo federal, R\$ 738 milhões por causa do Fundo de Estabilização Fiscal e R\$ 889 milhões em decorrência das isenções às exportações previstas na Lei Kandir.